

Arche



Revista Discente de Arqueologia
Universidade Federal de Rio Grande

ARQUEOLOGIA DA CAIXINHA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA DE GÊNERO NO BRASIL

Natalia de Oliveira Fraga¹

RESUMO

Utilizando-se de uma metodologia adaptada de Reis (2003) e da crítica à objetividade científica e ao modelo androcêntrico de questionamento e interpretação dos contextos arqueológicos, este trabalho busca compreender como está se desenvolvendo a Arqueologia de Gênero que vem sendo publicada nas revistas e periódicos associados à instituições de graduação, pós-graduação e pesquisa em Arqueologia no Brasil, com base em um levantamento bibliográfico. A análise pôde gerar dados acerca das principais linhas teóricas desenvolvidas no campo de Gênero, que se mostrou de caráter pós-processualista e pautado na segunda onda Feminista, que tiveram como intenção o rompimento com a objetividade científica e a localização da mulheres como foco das interpretações dos contextos pesquisados. Também introduz o debate sobre as relações entre colonialismo, Gênero, raça e classe, assim como a aplicação da teoria queer para a arqueologia de Gênero no Brasil.

Palavras-chave: Arqueologia de Gênero; Levantamento Bibliográfico; Mulheres e ciência; Feminismo.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo trago uma reflexão sobre como está sendo construído o campo das pesquisas em Arqueologia de Gênero no Brasil. A pesquisa que deu origem a esse trabalho foi desenvolvida como Trabalho de Conclusão do curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande, defendido em dezembro de 2017.

Me interessei em investigar como estava se desenvolvendo o campo da Arqueologia de Gênero no Brasil e quais suas principais contribuições e deficiências até o momento, pois ao me identificar enquanto mulher Feminista e bissexual busquei realizar leituras que tratassem de temáticas onde a heterossexualidade e monogamia compulsórias, a naturalização da divisão sexual do trabalho e o binarismo de Gênero são questionados, além de compreender que é imprescindível ao se trabalhar com Gênero que se leve em conta outras particularidades dos indivíduos pesquisados, porém, quando comecei a elaborar meu trabalho

¹ Bacharela em Arqueologia com ênfase em Arqueologia do Capitalismo pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

de conclusão, em 2015, tive dificuldade ao buscar a aplicação de conceitos específicos das teorias de Gênero e Feministas para a arqueologia. Percebi que poderia transformar esta dificuldade em problema de pesquisa ao ler a tese de Reis (2003), que buscou compreender como se dava o embasamento teórico dos trabalhos de arqueologia que vinham sendo produzidos no Brasil. Decidi, então, elaborar um exercício que compreendesse a arqueologia de Gênero ou arqueologia Feminista. Com isso, realizei um levantamento bibliográfico sobre os estudos de caso em Arqueologia de Gênero desenvolvidos no Brasil utilizando um modelo metodológico adaptado da tese de Reis (2003).

Escolhi analisar os artigos publicados em revistas associadas à Instituições de ensino e pesquisa em Arqueologia brasileira. A análise buscou compreender se existia teoria de Gênero na pesquisa arqueológica de Gênero publicada no país até a data. Neste artigo sintetizo os resultados da pesquisa e introduzo alguns conceitos e debates que considere pertinentes ao meu trabalho.

A análise se dividiu em dois momentos. Primeiramente foram produzidos dados a partir de um fichamento específico, que observou os seguintes itens: Revista; Volume; Numero; Ano; Artigo; Autora; Palavras-chave; Corrente teórica arqueológica; Área de concentração e Bibliografia. A segunda parte da análise constituiu-se na elaboração de perguntas que dessem conta das seguintes indagações: os trabalhos conceituam Gênero? Se sim, como e a partir de qual parâmetro? É possível observar alguma teoria de Gênero/ onda Feminista no trabalho? Qual problemática a autora² tenta solucionar aplicando esta teoria? Existe uma relação entre Gênero e outras relações sociais na interpretação (questões de classe, raça, sexualidade, etnia, hierarquia, etc)? A autora apresenta uma postura crítica ou seu trabalho se apresenta como um relato/ descrição?

A partir dos dados produzidos observei como as autoras compreenderam o conceito de Gênero, quais foram as possíveis teorias / linhas de pesquisa em Gênero utilizadas e como estas foram aplicadas em suas pesquisas. Também me interessou observar possíveis regularidades presentes nos dados advindos dos trabalhos, no sentido de compreender elementos constituintes deste campo de pesquisa, que, ao que tudo indica, está em pleno desenvolvimento e pode auxiliar nas interpretações dos contextos arqueológicos, aproximando-nos de um discurso mais coerente com as realidades pesquisadas.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: Apresentação dos marcos teóricos Feministas, de Gênero e de arqueologia, metodologia utilizada para a realização da pesquisa, dados produzidos a partir do levantamento e fichamento dos artigos, discussão dos dados e conclusão.

2. MARCOS TEÓRICOS

Um dos marcos teóricos deste trabalho é o artigo de Ribeiro (2017a), publicado poucos meses antes da defesa de meu trabalho de conclusão. "Crítica Feminista, Arqueologia e Descolonialidade" auxiliou na interpretação dos dados e no embasamento de Gênero na arqueologia brasileira, trazendo uma síntese acerca da bibliografia de arqueologia de Gênero

² Em função de todos os trabalhos presentes na amostra terem sido desenvolvidos por mulheres utilizo os devidos pronomes, buscando representá-las em meu trabalho.

que vinha sendo produzida no Brasil até a data de fechamento de meu trabalho. O artigo pode incluir, também, a necessidade de uma discussão acerca do colonialismo científico e sua relação com a opressão de Gênero de maneira mais aprofundada, discussão esta, que havia sido tangenciada no desenvolvimento de minha pesquisa, porém, por fugir da problemática pretendida e por não estar familiarizada com a bibliografia, naquele momento decidi não adentrar em minha monografia (Fraga, 2017), mas que busquei tangenciar neste artigo após a leitura de uma série de trabalhos publicados posteriormente à realização de meu levantamento (Furquim e Jácome, 2017 e Ribeiro, 2017b).

A autora, a partir de uma reflexão acerca do colonialismo masculinista presente na prática arqueológica - advindo da aproximação da arqueologia com as práticas positivistas - advoga pela realização de uma ciência arqueológica direcionada para a contestação e desligamento das epistemologias eurocêntricas e a aproximação de saberes não ocidentais que foram silenciados pelo projeto colonialista, construído e reiterado pelo discurso científico, a arqueologia sendo aqui inserida.

O colonialismo, como é compreendido por Ribeiro (2017a, p.211), é dado como gerador da racialização e generificação dos corpos colonizados, responsável pela construção discursiva das categorias binárias de Gênero que estão presentes na sociedade moderna ocidental, que não devem ser interpretados como produtos naturais da cultura humana.

Para a autora e muitas outras Feministas “o sujeito do conhecimento neutro, soberano e masculino” (Ribeiro, 2017a, p. 211) é uma entidade construída na modernidade pelo discurso científico e a crítica Feminista da ciência serve, então, como ferramenta no “desaprendizado” desta categoria, objetivando construir interpretações sobre “sujeitos e significados” possíveis de terem futuro (Haraway, 1995; apud Ribeiro, 2017a, p. 211).

Gostaria também de fazer um parecer sobre como compreendo Gênero, feminismo, pesquisa acadêmica e posicionamento político, pois compreendo que todos estes aspectos estão intimamente relacionados e que este trabalho, antes de qualquer coisa, expressa diretamente como eu compreendo as categorias analisadas, enquanto pesquisadora e construtora de saber.

Posiciono-me enquanto Feminista, compreendendo feminismo como uma ferramenta de enfrentamento político à opressão de Gênero e de reivindicação da emancipação desta opressão (Butler, 2003). Sendo Gênero aqui, compreendido como um sistema estrutural de interpretação dos sujeitos corporificados, existente dentro de um contexto histórico específico (Machado, 2013, p. 109; Louro, 1997, p. 25; Rago, 2013, p 89; Tilly, 2007, p.42 e 43 e Scott, 1990, p. 86).

Academicamente compreendo e utilizo Gênero como um conceito guarda-chuva, onde diversas categorias podem ser inseridas (mulher, feminilidade, masculinidade, sexualidade, feminismos, etc). Gênero, para mim, é um campo de estudo que se ocupa das minorias generificadas e com a interpretação e gênese das opressões (Beauvoir, 1970, p.13) sofridas por elas.

A arqueologia de Gênero, então, trata-se de um campo da arqueologia que busca teorizar acerca das relações entre materialidade e o Gênero em seus mais diversos processos históricos, sociais e subjetivos, quando possíveis de serem desvelados. Também, compreendo que a arqueologia pode ser uma ciência que não possui limites temporais (GONZALES –

RUIBAL, 2012, p, 105 e 106), podendo se ocupar também dos debates acerca das relações entre a materialidade e o Gênero na contemporaneidade.

De acordo com Pagnossi (2013, p.51) algumas autoras diferenciam a arqueologia de Gênero da arqueologia Feminista, apontando que Gênero seria um esquema científico de interpretação da realidade apartado da intenção política dos diversos feminismos (feminismo negro, transfeminismo, ecofeminismo, etc). Nesta pesquisa, no entanto, compreendo que não existe prática científica apolítica, levando em conta que a arqueologia contribui com a interpretação das sociedades humanas no presente e reflete em nossa construção enquanto sociedade e sujeitos.

Segundo De Moraes Wichers (2017) “Na modernidade ocidental, as identidades nacionais foram marcadamente machistas e sexistas, contribuindo com a opressão e subordinação das pessoas que não se enquadravam nessa modernidade, seja por questões de Gênero, corpo e sexualidade, entre outros marcadores” (p. 38), tendo o discurso científico atuado como reafirmador desta opressão. Nada mais justo que, a partir do momento em que nos demos conta desse aspecto homogeneizador que a ciência teve no passado, passemos a utilizar o poder do discurso científico para reivindicar direitos e re-contar a história de maneira a evitar o apagamento histórico dos sujeitos presentes no registro arqueológico.

Heilborn e Sorj (1999, p. 187) apontam, a partir de um estudo elaborado acerca de algumas características dos estudos de Gênero no Brasil, a academia brasileira (ou acadêmicas brasileiras), utilizou-se dos termos “estudo de Gênero, estudos sobre a mulher ou relações de Gênero” de maneira a aproximar-se do debate Feminista neste espaço, em função da discriminação que o feminismo sofria dentro do âmbito acadêmico.

A adoção do termo “Gênero” ao invés de “mulher” se deu em função do reconhecimento da função “empírica/descritiva” (Heilborn e Sorj, 1999, p. 187, Rago, 2013, p. 90) do conceito de mulher, em substituição pela função analítica do Gênero, em consonância com a teoria queer.

Em uma aproximação com o feminismo Queer, situo o sexo e o Gênero para além da diferenciação natureza/ cultura, sendo o sexo todo natureza e o Gênero todo cultura. Para o feminismo Queer (Oliveira e Nogueira, 2009, p. 9) a própria existência do conceito de sexo só pode ser compreendido a partir das normas construídas pelo discurso do Gênero, questionando o que seriam exatamente corpos femininos ou masculinos sem a interpretação que fazemos sobre eles na contemporaneidade.

Para Butler (2003, p. 25) as categorias de mulher e de homem são construções sociais levadas a cabo pelas instituições de poder na modernidade e a feminilidade, um atributo concedido aos sujeitos compreendidos enquanto mulheres, por meio de uma construção discursiva. Além da construção discursiva do sujeito mulher, Butler (2003) aponta a existência de um problema ao centrarmos a categoria de mulher enquanto sujeito único à demanda de direitos pelo feminismo. O foco unicamente identitário da categoria não funcionaria sem seu devido posicionamento racial, de classe, étnico, social e regional (2003, p.20), fatores intrínsecos à experiência de cada sujeito e sociedade, ou seja, a experiência da “mulher” está relacionada ao seu contexto e não é possível generalizar a experiência dos sujeitos baseando-se unicamente no Gênero.

A categoria de mulher também contribuiria para a afirmação da heterossexualidade compulsória, por ter sido construída tendo a mulher branca, casada e mãe como modelo e ao binarismo de Gênero, pois só funciona em oposição à categoria de homem e poderia gerar um apagamento histórico e colonização de saberes de outras existências, cosmologias e sociedades, associando a opressão das mulheres a uma experiência natural humana ou a povos bárbaros, conhecidos como pertencentes ao “terceiro mundo” ou “oriente” (Butler, 2003, p. 21).

Neste sentido compreendendo as arqueologias Feministas como pertencentes ao arcabouço das pesquisas de Gênero, com uma agenda política, que vai desde a revisão do papel das mulheres nas sociedades pré-coloniais, do papel de pesquisadoras na arqueologia brasileira e mundial, das questões relativas a outras interpretações de Gênero em sociedades não-ocidentais, até a análise das relações sociais, tendo o Gênero como um dos aspectos a serem desvelados no passado e na contemporaneidade.

Para o pensamento androcêntrico³ só existem duas interpretações de Gênero possíveis para os indivíduos presentes no registro arqueológico. Duas “caixinhas” repletas de significados, onde se ancora a interpretação, a de mulher e homem. Estas caixinhas são as concepções sobre os papéis possíveis para indivíduos pertencentes a um ou outro sexo. Onde mulheres exercem funções domésticas e subalternas nas sociedades estudadas e homens constroem a Cultura e a História (com letras maiúsculas), representando o único foco de interpretação possível no registro arqueológico. Utilizei este nome como uma provocação, para demonstrar que a dicotomia de Gênero é uma concepção criada pela sociedade ocidental para normatizar corpos e sujeitos e não um conceito estático, neste sentido, não pode ser aplicada inadvertidamente a qualquer sujeito presente no registro arqueológico sem o devido questionamento.

Ribeiro (2017a) nos recorda sobre como “nós, arqueólogas, inadvertidamente participamos de práticas opressivas igualmente materiais e discursivas” (p. 212), neste sentido devemos estar permanentemente vigilantes ao discursar sobre outras ontologias que não as ocidentais.

Também, parto do pressuposto de que "a crítica Feminista da ciência é um instrumento de apoio no desaprendizado da concepção moderna que determina o sujeito do conhecimento como neutro, soberano e masculino" (Ribeiro, 2017a, p. 212) e que essas categorias devem ser revistas para que se produza uma ciência voltada à construção e interpretação de uma realidade que reconhece todos os sujeitos atuantes na(s) sociedade estudadas, tanto no passado quanto no presente.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, acredito que a formulação sobre sujeitos oprimidos é um mecanismo de contestação dos lugares subalternos construídos para eles pelo colonialismo. Que uma das maneiras de nos desvencilharmos da opressão se dá a partir da construção discursiva acerca dos mais diversos sujeitos que habitam, constroem e significam

³ O androcêntrismo é um esquema de interpretação onde o homem nas sociedades pesquisadas sempre desenvolveria as atividades de destaque, relegando as mulheres as atividades secundárias, como o cuidado com as crianças. O homem neste esquema seria munido de características naturais de altivez, agressividade e dominância, enquanto as mulheres seriam passivas, fracas e dependentes dessa figura do macho dominante (De Moraes Wichers, 2017, p. 40).

a existência humana e da investigação dos mecanismos que conferem a opressão a estes sujeitos. Utilizando, então, de nosso papel de pesquisadoras, enquanto construtoras de saber e detentoras de poder sobre a formulação discursiva da interpretação sobre o mundo, para possibilitar, se não a quebra com o padrão opressivo, a tomada de consciência sobre ele, aqui inspirada pelas palavras de Donna Haraway (1995).

Fazer ciência nos dias de hoje (se não sempre) é uma ação profundamente política, dado que nossas interpretações enquanto pesquisadoras podem ser utilizadas na função de afirmar a existência e localização, salvaguardar ou negar direitos a diversas populações, tanto as que viveram no passado, quanto as existem e resistem entremeadas na complexa trama social que conforma a modernidade. É deste lugar que acredito que a Arqueologia de Gênero deve ser construída.

3. O MODELO DE REIS (2003) – “NÃO PENSA MUITO QUE DÓI”

O modelo metodológico que utilizei baseia-se na tese de Reis (2003), que buscou em bibliotecas teses, dissertações e artigos desenvolvidos em programas de Pós-Graduação em Arqueologia no Brasil, visando “elucidar o emprego da teoria na Arqueologia Brasileira” (Reis, 2003, p. 4) e como a mesma se relacionava com as pesquisas até então desenvolvidas. Questionando se “existe teoria na Arqueologia Brasileira?”, parte-se do pressuposto de que a teoria se encontra implícita desde a constituição do material empírico apresentado nas obras analisadas. Utilizando-se da hermenêutica, “visando a elucidação do lugar e da existência da teoria arqueológica nestes textos científicos” (2003, p. 34) Reis desenvolve uma maneira de encontrarmos discursos referentes às linhas teóricas que seguem, mesmo em casos em que os autores não se posicionem explicitamente.

Para trabalhar com a análise da produção acadêmica, Reis (2003) organizou os dados a partir das instituições onde os mesmos foram produzidos, compreendendo que o “quadro conceitual” utilizado na disciplina arqueológica brasileira se compõe sobre modelos metodológicos importados e muitas vezes preconcebidos. Por fim, aponta que as teses e dissertações produzidas nestes espaços de pós-graduação apresentam os seguintes problemas referindo-se à utilização de teoria:

- a) a posição de subentendimento ou consenso tácito em relação aos vários conceitos não explicitados; b) conclusões requentadas em assuntos teóricos; c) capítulos teóricos sem continuidade/ entrelaçamento com o empírico; d) teses e dissertações preponderantemente descritivas. (REIS, 2003, p. 325).

4. LEVANTAMENTO

Em minha monografia (Fraga, 2017), em função da disponibilização das publicações em Arqueologia brasileira na internet, da dimensão do trabalho pretendido e adequação à realidade da pesquisa pretendida, analisei artigos publicados em revistas e periódicos,

levantados de acordo com sua Qualis⁴ e utilizei as páginas online das revistas para levantar os artigos a serem analisados.

O levantamento foi realizado nas revistas associadas à instituições de ensino superior, pós-graduação e pesquisa em Arqueologia Brasileira e em algumas revistas da grande área das ciências humanas, que também publicam trabalhos da área.

As revistas levantadas foram as seguintes:

Revista
Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó
Revista de Arqueologia da SAB
Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira
Nheemgatu : Caderno Brasileiro de Arqueologia e Indigenismo
Revista Brasileira de Arqueologia
TESSITURAS
Revista de Arqueologia do MAE USP
Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi
Anais do Museu Paulista
Cadernos do LEPAARQ
Vestígios
Habitus
FUMDHAMENTOS
MEMORARE
Revista de História da Arte e Arqueologia Unicamp
Revista do CEPA

A partir dos sumários das revistas, resumos dos artigos e palavras-chave presentes nos mesmos foram localizados trabalhos nas seguintes etapas:

- Busca de artigos que utilizaram cultura material / materialidade/ artefatos como objeto de estudo; trabalhos de arqueologia.

Destes busquei trabalhos sobre Gênero; Mulheres; Feminilidade; Feminino; Espaço Doméstico; Masculinidades; Sexualidade.

Posteriormente, os trabalhos foram analisados textualmente, segundo os critérios de uma ficha de levantamento para maior refinamento da amostra.

Não inseri em minha amostra trabalhos acerca das arqueologias clássicas, nem análises críticas ou revisões bibliográficas sobre as arqueologias Feministas e de Gênero, pois minha intenção com o trabalho era a de observar a aplicação de teorias aos contextos arqueológicos pesquisados.

⁴ “O Qualis Capes é um sistema que faz a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros, no que diz respeito aos artigos publicados em diversos periódicos, revistas, anais e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento. [...]O sistema oferece alguns filtros que limitam a pesquisa dos periódicos de acordo com o estrato ou a área escolhidos. Os resultados aparecerão em ordem alfabética, por título. Essa ferramenta é muito útil quando se deseja visualizar apenas os periódicos mais qualificados para os trabalhos”. (Fonte: <https://blog.doity.com.br/o-que-e-qualis-capes>).

O resultado do levantamento consistiu em uma amostra de 8 artigos, discriminados abaixo:

Revistas	Artigos
Revista de Arqueologia da SAB	A ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um Cacicado Marajoara
Revista de Arqueologia da SAB	Mulheres do Jequitinhonha: Um diálogo entre Arqueologia, História e Antropologia.
Revista de Arqueologia da SAB	Pesquisa Arqueológica na Casa da Hera – Vassouras/RJ
Revista de Arqueologia da SAB	Um olhar sobre Gênero: Estudo de Caso – Sambaquieiros do RJ.
Cadernos do LEPAARQ	Indicadores de Diferenciação Social e de Gênero dos Pescadores Coletores que Ocuparam a Região dos Lagos/ RJ.
Vestígios	Maria, párvua exposta, Domingos, Padre maculado. Ensaio de arqueologia micro histórica
Vestígios	¿Domestica o domesticada? Mujer y Hogar em el Buenos Aires Virreinal
MEMORARE	Estudo sobre a Individualidade da Mulher Indígena na Produção de Vasilhas Cerâmicas Guaranis

5. ANÁLISE

Após realizada a seleção dos artigos, iniciei a etapa de análise, que segundo o método aplicado por Reis (2003) e adaptado conforme as necessidades da pesquisa, foi realizada em duas abordagens:

A. Extração dos dados referentes à revista; ano; artigo; autor; palavras-chave; corrente teórica; área de concentração; bibliografia.

B. Realização dos seguintes questionamentos ao empírico:

- Qual o conceito de Gênero aplicado pela autora?
- Qual a teoria de Gênero/onda Feminista apresentada?
- Qual o problema que a autora tenta solucionar aplicando esta teoria?
- Existe correlação entre o embasamento teórico e a análise?
- Existe uma relação do Gênero com outras relações sociais presentes na interpretação do empírico estudado?

Com base nos dados gerados pude observar os seguintes aspectos: se existe alguma associação entre correntes teóricas em arqueologia e a pesquisa de Gênero; se a amostra é capaz de determinar tendências para as pesquisas desenvolvidas; estabelecer uma cronologia para a amostra; observar dentro das referências bibliográficas apresentadas pelas autoras se existem referenciais recorrentes entre os trabalhos e, então, compreender como se dá o empírico com o qual as autoras embasaram suas pesquisas em Gênero.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Com base nos dados gerados pude observar os seguintes aspectos presentes nas publicações:

– As autoras identificam-se com a corrente teórica Pós-processual em quase totalidade das análises, focando seus recortes nos aspectos políticos, compreendidos como o papel da subjetividade dos pesquisadores e do potencial de construção discursiva da realidade a partir da ciência e na Teoria da Agência.

– Ao todo, as referências em Gênero representam 19,6% do total de bibliografias citadas nos trabalhos.

– Dos trabalhos e autoras e publicações mais citadas são as de Elisabeth M. Brumfiel (2006), Margaret Conkey (1984 e 1991), Joan Gero (1991) e Janet D. Spector (1984), assim como Sarah Milledge Nelson (1997), Tania Andrade Lima (1997) e Denise Pahl Schaan (2003 e 2006), sendo as duas últimas as únicas autoras brasileiras citadas em trabalhos de arqueologia de Gênero.

Sobre a teoria arqueológica, Reis (2003) sintetizou as principais correntes teóricas arqueológicas existentes até o momento em sua tese, apresentando os marcos da Arqueologia Pós-Processual, que visavam o rompimento com o pensamento generalizante da teoria Processual, paradigma anterior que buscava uma conexão entre fazer arqueológico e as ditas ciências naturais, com o intuito de desenvolver o campo arqueológico (p. 84 e 85).

Sobre o caráter interpretativo da Arqueologia Processual, duas propostas foram delineadas: a “explicação da evolução social em termos de adaptação ao ambiente e a transformação estrutural dos sistemas sociais através dos tempos” (Reis, 2003, p. 71). Esta arqueologia estava preocupada com o desenvolvimento científico da prática arqueológica, baseada em uma série de métodos e procedimentos advindos das ditas "ciências duras", que compreendiam a ciência enquanto intérprete da realidade sobre os moldes da racionalidade ocidental e da objetividade absoluta.

De acordo com Reis (2003, p. 70) a Arqueologia Pós-processual surge, então, apontando o papel da subjetividade dos pesquisadores, que atuavam enquanto construtores de interpretação sobre o material estudado. Rompe com a verdade universal científica e coloca o pesquisador no seu lugar de sujeito moderno, inserido em uma lógica moderna de pensamento, que constrói um modelo de interpretação para a materialidade através de seu lugar. O papel do cientista enquanto o Eu e de seu objeto de estudo enquanto o Outro é substituído por uma compreensão de que a ciência que fazemos é um reflexo da conjuntura histórica e social e de aspectos subjetivos dos pesquisadores. Neste sentido, os pesquisadores passam a ter uma postura mais consciente sobre seu papel de construtores de modelos de interpretação da realidade, refletindo que a maneira como interpretamos o passado expressa diretamente a forma como nos portamos no presente e serve para afirmar ou negar certos pressupostos culturais. A Arqueologia Pós-processualista parte do “questionamento sobre a ação de códigos simbólicos dominantes que são estrategicamente usados para legitimar o poder de específicos grupos sociais”. (Reis, 2003, p. 74).

Para a pesquisa de Gênero, a Arqueologia Pós-processual implicou no reconhecimento que a ciência ocidental atuou na construção do “sujeito moderno universal” (Rago, 2013, p. 91), que possui papéis de Gênero previamente estipulados, baseados na interpretação sobre suas características biológicas dos indivíduos. Compreendeu-se assim, que os sujeitos inseridos em outras lógicas de pensamento e organizações sociais não constroem necessariamente suas relações de Gênero neste sentido; reconhece que o sexo,

além de um aspecto biológico, trata-se de uma construção discursiva moderna (Heilborn e Sorj, 1999, p. 197) e eurocêntrica e que as populações pesquisadas, então, não construirão suas interpretações de lugar no mundo, subjetividade, individualidade e sociedade necessariamente dentro da lógica binária.

Também, a teoria pós-processual permitiu a aproximação da pesquisa arqueológica com abordagens que compreendem a interseccionalidade ⁵ como aspecto importante na interpretação da subjetividade dos sujeitos.

“[...] a quebra dos paradigmas eurocêntricos a partir do pós-processualismo trouxe para dentro da Arqueologia um movimento político Feminista de questionamento dos parâmetros da masculinidade branca heterossexual como Gênero neutro do passado pré e pós-colonial” (Furquim e Jacomé, 2019, p. 03)

Nos trabalhos, pude observar, também a utilização da teoria da agência, que propõe que os indivíduos das sociedade estudadas poderiam atuar enquanto atores sociais, com poder de determinar suas ações para além do aspecto social e concomitantemente a ele, elaborando estratégias e negociando relações de poder e significado sobre a cultura material produzida e utilizada por estes mesmos sujeitos. De acordo com Lea (1999) "é enquanto agente que o indivíduo desempenha um papel na reprodução ou na transformação do seu mundo" (p. 87), ou seja, os indivíduos possuem o poder de ação na tomada de decisões referentes à sua vida, tirando da estrutura (aspectos culturais, sociais) a determinação exclusiva sobre as ações que estabelecem.

Sobre os referenciais mais citados em Arqueologia de Gênero, quando presentes nos artigos, observei a utilização de trabalhos em sua quase totalidade em língua inglesa, decorrentes de estudos no contexto pré-colonial e paleolítico. Estes, fazem parte de uma série de estudos que compuseram o movimento de surgimento da Arqueologia de Gênero nos Estados Unidos e Europa (Pagnossi, 2017, p. 53 e 54), nos anos de 1980 e 1990, e tiveram em suas problemáticas a conceituação de Gênero e feminismo para a arqueologia e o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do campo de pesquisa. O marco fundador destes trabalho é de Gero e Conkey, que deram origem a conferência “Engendering Archaeology”, realizada em 1988 (Pagnossi, 2017, p. 53).

Estes trabalhos tem como paradigmas a exposição do androcentrismo enquanto sistema estrutural de dominação ideológica dentro do desenvolvimento da ciência moderna e da rejeição deste, a partir da formulação de pesquisas que não partiam do pressuposto que as sociedades e sujeitos pesquisados no período pré-colonial estavam necessariamente organizadas em arranjos de Gênero similares aos ocidentais e contemporâneos.

Propuseram repensar a maneira que as arqueólogas desenvolviam suas perguntas ao empírico, argumentando que a construção do saber arqueológico se dava sobre a inferência direta de papéis previamente estipulados para homens e mulheres nas sociedades pesquisadas,

⁵ A interseccionalidade para o feminismo pode ser compreendida como a interdependência “das relações de poder entre raça, sexo e classe” (Hirata, 2014, p. 01) e foi desenvolvido por teóricas Feministas negras ao advogar que a experiência das mulheres não era igual em todos os lugares, pois as relações de raça e classe, além do gênero, eram fatores essenciais na compreensão das opressões sofridas por elas. Esta abordagem está ligada à terceira onda Feminista.

de maneira androcêntrica, observando unicamente o homem como sujeito digno de ser registrado, o que gerou a falta de dados sobre o papel das mulheres nestas sociedade, sendo necessária a realização de pesquisas que localizassem as mulheres nos contextos arqueológicos.

Este foco está relacionado ao fato de que o papel das mulheres na sociedade já era previamente estipulado, como a ceramista, a mãe, a coletora. Então, observando a cultura material, estes pesquisadores desde saberes construídos sobre parâmetros androcênticos, automaticamente associam a cerâmica e o espaço doméstico ao mundo feminino.

Propuseram a realização de pesquisas arqueológicas que fossem “gender inclusive, not gender specific” (Conkey, M. & Spector, J., 1984, p. 2), visando a desconstrução do conceito de mulher a partir do passado. Ou seja, pesquisas que se interessassem em compreender quais as funções e papéis das mulheres para a ontologia específica pesquisada.

Para estas autoras, Gênero pode ser compreendido como aspecto social e culturalmente construído, historicamente e culturalmente contingentes (Conkey & Gero, 1991, p. 08), no sentido de que a experiência de Gênero é construída pelas sociedades em função de escolhas sociais e aspectos históricos. Buscavam demonstrar possibilidades de interpretação de dados arqueológicos e etnográficos coletados em pesquisas que não haviam revisto seu viés androcêntrico e se preocupavam em desenvolver perguntas de pesquisa utilizando estes dados.

Para a discussão acerca da reprodução do androcentrismo nas pesquisas arqueológicas no Brasil, busquei em Furquim e Jacomé (2019) um debate sobre a arqueologia de Gênero. As arqueólogas postulam que a classe intelectual brasileira, em função de terem pertencido as classes dominantes no momento do surgimento da área, pautaram suas pesquisas na reprodução do colonialismo, racismo e do sexismo (Furquim e Jacomé, 2019, p. 02). Essa reprodução culminou na transmissão de conceitos eurocêntricos para a interpretação das populações nativas e tradicionais. Transmissão esta, responsável pelo apagamento de características êmicas destas populações, incluindo as características relacionadas ao Gênero e a individualidade.

A partir da amostra analisada pude, também, observar que os trabalhos de Arqueologia pré-colonial demonstraram maior explicitação de conceitos no desenvolvimento de uma Arqueologia de Gênero e apresentaram um embasamento específico para as pesquisas. Enquanto, por outro lado, os trabalhos de Arqueologia Histórica pareceram reproduzir certas premissas sexistas e um paradigma classista, ao abordar questões relativas somente as experiências das mulheres brancas pertencentes às classes abastadas ao trabalhar com Gênero, sem o devido referencial nas teorias de Gênero e Feministas.

Gostaria de questionar se a falta de trabalhos em Arqueologia de Gênero no Brasil impulsionou as autoras a buscarem referências em outras disciplinas e se conceitos advindos da Arqueologia de Gênero utilizada em contextos pré-coloniais poderiam se adequar à temática.

Também, pensar que os trabalhos de Arqueologia Histórica levantados, apesar de possuírem um marco teórico anticapitalista e pautado em histórias de personagens subalternos e abjetos, seguem fazendo uma história das mulheres burguesas e sobre o advento e implementação do projeto moderno. Pensando que a situação atual de opressão das

mulheres existe como reflexo da construção de uma feminilidade forçada, elaborar trabalhos que reiteram que a construção desta feminilidade seria uma estratégia feminina, como o caso do artigo Chá e Simpatia, de Lima (1997), e não um mecanismo capitalista de dominação dos corpos e ressignificação do lugar permitido à mulher nesta sociedade parece ir contra este paradigma e, na verdade, reforça que mulheres inseridas nos contextos históricos indicados escolheram se sujeitar à dominação a elas imposta.

Neste sentido, as autoras, todas mulheres, se preocuparam mais em afirmar a existência de mulheres nos contextos pesquisados, do que com o questionamento sobre a implicação que a ocupação destes espaços sociais representam para a nossa sociedade atual, o que pode ser compreendido quando se observa que o embasamento utilizado para a realização dos trabalhos é o das teorias Feministas de segunda onda. Estes trabalhos, como fundadores do campo e por terem a dianteira na introdução das temáticas advertidamente Feministas e preocupados com as questões de gênero são extremamente relevantes para a Arqueologia Brasileira, porém, ao buscar uma aproximação das arqueologias de Gênero às teorias Feministas de terceira onda ou pós-Feminista (Sene, 2017, p. 163; Tilly, 2007, pgs. 29 e 30) compreendo que, além da inserção das mulheres como sujeitos históricos se faz necessária, também, a reflexão de que o processo histórico de dominação e ocupação do território Latino-americano engendrou as configurações atuais para Gênero (e raça e classe, no mínimo) e que a reprodução dos parâmetros de feminilidade das mulheres brancas e classe alta também configurou-se como uma opressão as mulheres racializadas e pertencentes a contextos periféricos (Ribeiro, 2017b, p. 93).

Também, o ideário moderno burguês que adentra a sociedade urbana no século XVIII, principalmente em grandes centros, advindo das "modas europeias", reforça a existência do papel da mulher como consumidora, mãe, feminina, delicada, servil e receptiva, pois a mulher pertencente à classe média nesse momento passa a ter seu status advindo da realização destas tarefas (Ribeiro, 2017b, p. 92). Então, o que é compreendido com empoderamento ou estratégia de Gênero nos trabalhos não pode simplesmente ser a modificação do papel da mulher que se insere na lógica moderna de consumo e a criação da feminilidade como compreendemos hoje?

“(...) O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas” (LUGONES, 2014, p. 936 apud RIBEIRO, 2017b, p. 225).

A partir da análise da amostra foi possível estabelecer alguns parâmetros preliminares para as publicações em Arqueologia de Gênero no Brasil. Esses esboçam dados como: surgimento e desenvolvimento da disciplina, marcos teóricos e, principalmente, demonstram as falhas e as potencialidades do campo.

Pude observar, primeiramente, o quão incipientes são as publicações na área. A realização deste levantamento buscou ser o mais exaustivo possível para compor uma amostra que expressasse a produção acadêmica em Arqueologia de Gênero. Ainda assim,

somente oito estudos de caso entraram no recorte, o que dificultou traçar linhas comparativas sobre as pesquisas. Pagnossi (2017) observa sobre o campo de Gênero na arqueologia que poucos trabalhos na área haviam sido evidenciados por um levantamento desenvolvido sobre “duas das principais revistas de arqueologia no País” (p.56), não tendo sido identificados trabalhos sobre arqueologia queer, o que pôde também ser observado no momento da realização de meu levantamento.

Também, observei que as publicações em Arqueologia de Gênero tornam-se mais frequentes a partir dos anos 2000, apesar desses trabalhos apresentarem uma dificuldade em conceber conceitos para Gênero no seu embasamento. A partir de 2010, no entanto, os trabalhos transparecem uma maior preocupação com o referencial teórico, com a explicitação dos conceitos e com a construção do campo de pesquisa. De acordo com Pagnossi (2017), Furquim e Jácome (2019) e Ribeiro (2017a) no Brasil contamos com a forte presença de mulheres na arqueologia, atuando como referências em várias regiões, neste sentido, algumas pesquisas que tangiam a presença de mulheres nos registros arqueológicos e debates que atualmente podem ser reivindicados pelo campo da Arqueologia de Gênero e Feminista foram realizados, apesar de não utilizarem-se das teorias pretendidas neste artigo como referencial.

Do ponto de vista dos marcos teóricos, estão presentes as discussões sobre agência, individualidade, estratégia, simbolismo, estrutura, hierarquia, classe, habitus, divisão sexual do trabalho, produção cerâmica, consumo e poder. Todas apontam abordagens relacionadas à segunda onda Feminista, que preocupou-se com a localização de mulheres nos espaços sociais e em esboçar como se desenvolve a opressão de Gênero (Pagnossi, 2017; Rago, 2013, p. 20). São problemáticas ligadas à reafirmação da existência desses atores sociais nos espaços e a construção de uma história onde as mulheres estão inseridas. Essas problemáticas existem no sentido da compreensão de que a história tradicional afirma e reafirma a existência do sujeito universal masculino, que é o ator social na construção da história e o sujeito dela. A preocupação em inserir mulheres na interpretação do passado surge com o objetivo de reafirmar que mulheres existem e fazem parte da concretização da realidade material, social e simbólica, de que a interpretação de um momento e lugar no passado histórico só se dá de maneira completa com a incorporação da história destes sujeitos.

Das bibliografias pesquisadas, a média é de 19,6% de referências em Gênero nos trabalhos, totalizando 48 referências. Destas, 33 são em Arqueologia de Gênero e 15 em outras áreas das ciências sociais, totalizando 69% destas especificamente como bibliografias em Arqueologia de Gênero. Das referências em Arqueologia de Gênero, somente 4 trabalhos são elaborados por pesquisadores brasileiros. Os trabalhos de Arqueologia Pré-colonial apresentam apenas 3 referências, das 15 levantadas, em outras áreas das ciências sociais, enquanto apenas dois trabalhos de Arqueologia Histórica possuem bibliografia de Arqueologia de Gênero, sendo que 1 possui parte de sua bibliografia em trabalhos que não tem uma abordagem de Gênero muito clara ou precisa.

Os trabalhos de Arqueologia de Gênero em seu embasamento são, de maneira geral, advindos dos Estados Unidos ou Europa e tem seu objeto de estudo na Arqueologia Pré-colonial. Estes trabalhos são reconhecidos enquanto marcos fundadores da Arqueologia de Gênero mundial. Acredito que a utilização destas autoras em detrimento da construção dos

próprios conceitos ou do embasamento em pesquisadores locais pode ser observado como o resultado da pesquisa arqueológica no Brasil, que, conforme apontado por Reis (2003), não se preocupa muito com a teorização e explicitação de conceitos, mas com a aplicação de modelos metodológicos nas interpretações. Dos oito artigos analisados, apenas três explicitam o conceito de Gênero que utilizam e procuram correlacionar a análise com o embasamento teórico desenvolvido para Gênero. Alguns dos trabalhos analisados que se propõem a trabalhar com a temática, em seu título e suas palavras-chave, até citam trabalhos da área, mas não se preocupam realmente em construir suas interpretações em consonância com as teorias de Gênero e Feministas. Me questiono se essa seria uma característica própria da arqueologia Brasileira, que conforme apontado por Reis (2003) apresenta trabalhos muito descritivos e com capítulos teóricos desassociados das interpretações sobre cultura material.

Os trabalhos escolhidos para compor a amostra possuem um arranjo muito interessante analiticamente. A meu ver, foram capazes de fornecer um panorama sobre as possibilidades de pesquisa a serem desenvolvidas. Na amostra aparecem trabalhos que não possuem nenhuma referência dentro do que o “guarda-chuva” de Gênero pode abarcar; trabalhos que só tem seu embasamento em pesquisas estrangeiras em Arqueologia de Gênero; trabalhos com forte característica interdisciplinar; trabalhos embasados em pesquisas ditas de Gênero, mas que não tiveram uma interpretação coerente da categoria; e trabalhos que no seu resumo e bibliografia citam trabalhos de Gênero, mas que não relacionam a cultura material estudada e a abordagem de Gênero. Acredito que uma Arqueologia de Gênero bem consolidada deve partir da intersecção de todas estas abordagens, preocupando-se com a axiomatização dos conceitos, relação entre a análise arqueológica e os conceitos apresentados e com a utilização de bibliografia capaz de abarcar o objeto de estudo e permitir que elaboremos questionamentos para além do escopo da arqueologia tradicional e dos modelos metodológicos consolidados na disciplina.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, a partir deste exercício, observar como está se desenvolvendo o campo da Arqueologia de Gênero no Brasil. O trabalho se desenvolveu a partir do modelo metodológico de Reis (2003) e teve dois eixos de abordagem: o de correlacionar dados aparentemente simples e de função puramente catalográfica para observar regularidades presentes em trabalhos e elaborar questionamentos às leituras que desenvolvemos, com o objetivo de compreender melhor como estas referências conformam determinadas realidades de pesquisa e interpretação sobre o material arqueológico.

De maneira geral, compreendo que o surgimento das pesquisas em Gênero no Brasil é decorrente da participação feminina na vida pública e inserção destas no âmbito acadêmico, assim como, para a Arqueologia, a incorporação de temas de pesquisa em desenvolvimento em outras partes do mundo ocidental, com o marco teórico da Arqueologia Pós-processual, a partir dos anos de 1990. Acompanhando esta movimentação, as primeiras publicações em Arqueologia de Gênero no país são do final de 1990 e início dos anos 2000 (Pagnossi, 2017).

Para a análise dos trabalhos, conforme comentado acima, dois enfoques foram utilizados: o fichamento dos artigos e a elaboração de perguntas ao empírico. Com a

amostragem e levantamento foi possível, então, elaborar algumas interpretações sobre os artigos analisados e o campo de pesquisa. Do ponto de vista do ano, as publicações iniciam-se a partir dos anos 2000, porém tem maior frequência a partir de 2010.

Pude observar que, no sentido da corrente teórica em Arqueologia mais presente nas publicações, culmina a Arqueologia Pós-processual. Compreendo que esse dado é relacional, visto que a Arqueologia Pós-processual têm, em seus objetivos, a necessidade da realização de uma Arqueologia que se preocupe com interpretações sobre os aspectos referentes a Gênero. Também, reconhecendo a ação subjetiva na composição dos contextos arqueológicos pesquisados, a teoria da agência é bastante utilizada, pois objetiva ampliar o foco da interpretação do registro e inserir sujeitos na interpretação enquanto detentores de poder social. Assim como a contestação da universalização de conceitos e do reconhecimento do lugar das pesquisadoras na interpretação, necessária para a realização de uma Arqueologia de Gênero crítica, que só se tornaram presentes na interpretação Arqueológica culminada por essa teoria.

Acerca das temáticas de pesquisa, agência, individualidade, estratégia, simbolismo, estrutura, hierarquia, classe, habitus, divisão sexual do trabalho, produção cerâmica, consumo e poder representam temas mais recorrentes nos trabalhos. Estes questionamentos estão intrinsecamente ligados à segunda onda Feminista, que surge com o objetivo de reafirmar que mulheres existem e fazem parte da concretização da realidade material, social e simbólica no contexto que estão inseridas. Esta abordagem e aparato teórico, representa uma possibilidade para análise arqueológica e se preocupa principalmente com a categoria de mulher. Pode ser interessante, também, o desenvolvimento de arqueologias ligadas com outras problemáticas em Gênero, que tendem a ser mais inclusivas, abordando sujeitos ainda mais marginalizados no registro e que são possibilitadas pelos questionamentos da terceira onda Feminista e movimentos descoloniais (Ver Ribeiro, 2017a), como trabalhos ligados à arqueologia queer (para maior aprofundamento ver em Sene, 2017 e Rodriguez, 2019) e que busque compreender as relações de Gênero utilizando uma abordagem interseccional ou localizada, que tem como objetivo incorporar as análises a presença de sujeitos pertencentes a contextos e identidades não normativos, subalternizados e racializados (Haraway, 1995; Ribeiro, 2017a e b).

Concluindo a questão do embasamento dos trabalhos, resta questionar: por que utilizar uma referência única em Gênero no contexto da Arqueologia Histórica, sendo que diversas pesquisas (Ribeiro, 2017b, Navarrete, 2010) neste sentido vem sendo desenvolvidas nos países sul-americanos, que possuem contextos de modernização similares ao brasileiro e que podem engendrar outras possíveis metodologias de análise e abordagens teóricas para a interpretação dos papéis de Gênero?

Faz-se necessária uma Arqueologia de Gênero que esteja preocupada não somente em reconhecer a existência de sujeitos generificados nos espaços, mas que também se preocupe em compreender como a construção discursiva sobre estes sujeitos é capaz de permear o pensamento social, conduzindo à reprodução ou rompimento com certas lógicas, hábitos e ideias. Necessitamos utilizar deste espaço que foi galgado por muitos pesquisadores antes de nós para seguir abrindo trincheiras no pensamento tradicional, objetivando a quebra com o padrão opressivo a qual fomos submetidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUVOIR, S. de.1970. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BRUMFIEL, E. M. 2006. Methods in feminist and gender archaeology: a feeling for difference –and likeness. In: NELSON, S. M. (Ed.). *Handbook of gender in archaeology*. 2. ed. Walnut Creek, Altamira Press, pp. 31-57.

BUTLER, J.2003 Capitulo 1 in: BUTLER, J. (Org) *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.

CARRASCO PAGNOSSI, N. 2017. Construindo uma arqueologia de Gênero. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 11, n. 1[18], p. 50-66. DOI: 10.20396/rap.v11i1.8646482.

CONKEY, M.; GERO, J. 1991. Tensions, Pluralities and Engendering Archaeology: an introduction to women in prehistory. In: GERO, J., CONKEY, M.(Eds). *Engendering Archaeology: women and prehistory*. Blackwell, p.3-30, Oxford.

CONKEY, M. W., SPECTOR, J.. 1984. Archaeology and the study of gender. In: SCHIFFER, M. B. (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, (7):1-38.

DE MORAES WICHERS, C. A. 2017. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 35-50.

FRAGA, N. 2017. Arqueologia da Caixinha. Considerações sobre a Arqueologia de Gênero no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia). Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande.

FURQUIM, L. P.; JÁCOME, C. P. 2019. Teorias de Gênero e feminismos na arqueologia brasileira: do dimorfismo sexual à primavera queer. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 255-279.

GONZALES Ruibal, A. 2012. Para outra arqueologia: dez propostas. *Complutum* , 23 (2), 103-116.

HARAWAY, D. 1995. Conhecimento localizado: uma questão de ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu* , n. 5 p. 7-41, 1995.

HEILBORN, M. L. & SORJ, B.1999 Estudos de Gênero no Brasil. In: FINO, C. (Coord.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré. V. II. pp. 183-221.

HIRATA, H. 2014. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, p. 61-73.

- LEA, V. 2007. Gênero feminino mebengokre (kayapó): Desvelando representações desgastadas. *Cadernos Pagu*, (3), 85-116.
- LIMA, T.A. 1997. Chá e simpatia: uma estratégia de Gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*, vol.5, Nova Série, São Paulo.
- LOURO, G. L. 1997; A emergência do Gênero in: LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma nova perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Ed. Vozes. Pp: 14-36.
- MACHADO, L. Z. 2013. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 107–125.
- NAVARRETE, R. 2010. Excavando mujeres en y desde el sur: aproximaciones a la arqueología Feminista en Latinoamérica. *Revista venezolana de estudios de la mujer*, v. 15, n. 34.
- NELSON, S. M. 1997. *Gender in Archaeology. Analyzing power and prestige*. Walnut Creek: AltaMira Press.
- OLIVEIRA, J. M. de; NOGUEIRA, C. .2009. Introdução: Um lugar Feminista queer e o prazer da confusão e fronteiras. *Ex aequo*, n. 20, p. 9-12.
- PAGNOSSI, N. C. .2013 *A arqueologia de Gênero e suas aproximações com a história*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- RAGO, M. 2013. Descobrimo historicamente o Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 89-98.
- REIS, J. A. 2003. Não pensa muito que dói: Um palimpsesto sobre a teoria na arqueologia Brasileira. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas – SP, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 383f.
- RIBEIRO, L. 2017. Crítica Feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 210-234.
- RIBEIRO, L. 2017. Da praça à cozinha, passando pela sala de jantar: Gênero, raça e classe na Pelotas do século XIX - e depois. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, 11(2), 77–105.
- RODRIGUEZ, S. de los S. 2019. Porque o homem é mais homem que o homem: coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 116-134.
- SCHAAN, D. P 2003. Estudos de Gênero na arqueologia brasileira: por que não? *Habitus*, 1: 129 –139.

SCHAAN, D. P.. 2006. Is There a Need to (Un)Gender the Past? In: Vasilikie Demos, Marcia Texler Segal. (Org.). *Gender and the Local/Global Nexus: Theory, Research and Action*. 1ed.Oxford: Elsevier, v. 10, p. 47-64.

SENE, G. M. .2017. Pela materialidade dos Gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 162-175.

SCOTT, J. 1990: Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22

TILLY, L. A. 2007. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 28-62.

ARTIGOS ANALISADOS

AGOSTINI, C.; NAJJAR, R.. 2007. Pesquisa arqueológica na Casa da Hera–Vassouras/RJ. *Revista de Arqueologia*, v. 20, n. 1.

DE SOUSA, A. C..2006. Mulheres do Jequitinhonha: um diálogo entre arqueologia, história e antropologia. *Revista de Arqueologia*, v. 19, n. 1.

ESCÓRCIO, E.; GASPAR, M. . 2017.Um olhar sobre Gênero. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 1, p. 72-89.

ESCÓRCIO, E.; GASPAR, M.2012. INDICADORES DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E DE GÊNERO DOS PESCADORES-COLETORES QUE OCUPARAM A REGIÃO DOS LAGOS-RJ. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 2, n. 3.

MARSCHOFF, María. 2013.¿Doméstica o domesticada? Mujer y hogar en el Buenos Aires virreinal. Buenos Aires. *Vestígios: revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, n. 2, p. 129-180,

RIBEIRO, L.. 2012. Maria, párvoa exposta, Domingos, padre maculado. Ensaio de arqueologia micro histórica. *Vestígios: revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 6, n. 2, p. 129-180.

RIZZARDO, Fabiane Maria; ROGGE, Jairo Henrique. 2013 ESTUDO SOBRE A INDIVIDUALIDADE DA MULHER INDÍGENA NA PRODUÇÃO DE VASILHAS CERÂMICAS DA TRADIÇÃO GUARANI. *Revista Memorare*, v. 1, n. 1, p. 86-94

SCHAAN, D. P. A. 2003. ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um Cacicado Marajoara. *Revista de Arqueologia*, v. 16, n. 1, p. 31-45, 30.